

# **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: O CASO DO MOSQUEIRO EM ARACAJU**

**OLIVEIRA, Cristiane Santos**  
crisoliveira@infonet.com.br

**OLIVEIRA, Everton Bomfim**  
tommega@hotmail.com

**PEDRAL, Michael Batista**  
michaelpedral@hotmail.com

**VIEIRA, Lício Valério. (Orientador)**

Graduado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Prof. do Curso de Geografia: Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.  
lvieira28@bol.com.br

Resumo:

Neste trabalho discute-se o papel desempenhado pelos agentes e redes sociais na produção do espaço urbano e seu impacto sobre os processos sócio-territorial no Bairro Mosqueiro no município de Aracaju – SE, visando o entendimento da problemática de ocupação e uso do solo no bairro Mosqueiro.

Palavras-chave: Segregação sócio-espacial. Infra-estrutura. Expansão Urbana.

# 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se pensar o processo de produção do espaço numa perspectiva de mudança envolve a análise das desigualdades sociais que colocam em xeque as formas de produção, expressas no parcelamento do solo urbano e, conseqüentemente, nas formas de uso. Com isso o tema é de fundamental importância, tendo em vista que a cidade teve um grande e rápido crescimento populacional com uma (dês)estruturação de seu espaço e muitas transformações, como conseqüência houve uma aglomeração habitacional muito grande. Para tal estudo, pretende-se caracterizar como vem ocorrendo este processo de uso e ocupação do solo na área do bairro do Mosqueiro, levantando quais são os padrões de moradia existentes no local, caracterizando os elementos da infra-estrutura e serviços urbanos, identificando o perfil de moradores dos condomínios fechados e das comunidades antigas do bairro, analisando os impactos ambientais que estas mudanças no bairro têm provocado e ainda pretende-se, conhecer as estratégias do poder público para esta localidade elencar os principais conflitos existentes.

Visando o entendimento da problemática de ocupação e uso do solo no bairro Mosqueiro, foi realizada uma pesquisa em campo, para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica onde foi aprofundado o estudo sobre a urbanização, ou seja, se a urbanização do bairro Mosqueiro tem atendido as necessidades de sua população, esse estudo ira verificar as mudanças ocorridas no bairro, e buscara conceitos de autores, pois o mundo passa por um acelerado processo de urbanização. Na pesquisa, também foi realizada uma pesquisa de campo com amostragem aleatória simples, do tipo descritivo comparativa, que foi realizada no bairro Mosqueiro, com aplicação

de questionário com os moradores da região e dos moradores dos condomínios fechados. As etapas de execução do Projeto de Pesquisa estão descritas no cronograma de execução.

O trabalho está subdividido em duas partes, onde não primeira estão descritos os elementos que deram suporte para estruturação do trabalho referente à fundamentação teórica e na segunda estão descritos os resultados de toda a pesquisa realizada, com as respectivas análises.

## **2 A CIDADE E A QUESTÃO URBANA**

O mundo passa por um acelerado processo de urbanização. Nos países desenvolvidos, a urbanização se intensifica em razão do crescimento da industrialização.

O Brasil vive hoje a consequência da urbanização intensa, na década de 30 do século XX, sobretudo a partir da implantação de atividades industriais, a fim de substituição as importações. Para Santos (1993) o Brasil foi durante muito século um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíram segundo lógica própria ditada em grande parte por suas relações com o mundo exterior.

A atividade industrial exigiu a presença de um sistema de transportes e de telecomunicação, capaz de possibilitar a fluidez por todo o território brasileiro, facilitando as relações inter-regionais e até internacional, auxiliando na circulação de mercadorias, no fortalecimento do mercado interno e, conseqüentemente, na implantação do capital.

As relações da urbanização sempre estão ligadas á industrialização, a mesma provoca um impacto sobre o urbano, com fortes mudanças na sociedade e no papel desempenhado por elas.

Com a inserção do Brasil no circuito industrial, o Estado promoveu várias políticas trabalhistas a fim de incentivar a migração de desempregados rurais, com promessa de elevar seus níveis de vida, proporcionando um crescimento descontínuo e desorganização da cidade.

Para se compreender o processo de urbanização, é necessário saber o que é o espaço urbano e como iniciou o processo de urbanização. Assim, pode-se dizer que o espaço urbano é um espaço capitalista, que se constitui. Segundo Corrêa,

Em um primeiro momento de sua compreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.(2002, p. 7).

No Brasil urbano que se firma a partir dos anos 1980, os grandes centros assumem posição de destaque, revelando-se como lugar por excelência da produção, do consumo e da circulação de mercadorias e, no contraponto, como lócus da depreciação da qualidade de vida nas cidades, traduzida, entre outros aspectos, pelo agravamento dos níveis de degradação ambiental e pela afirmação de um quadro de exclusão sócio-espacial jamais imaginado.

Instala-se então um modelo de urbanização acelerada, desigual e excludente que estimula e exige a definição de novas estratégias e políticas de desenvolvimento. Por outro lado, o modelo de planejamento praticado até então não correspondeu ao movimento da sociedade na construção do fato urbano.

Com o crescimento das cidades houve o aumento nas migrações e a velocidade desses acontecimentos contribuiu para o surgimento dos conflitos urbanos. Em Aracaju a urbanização já dá seus primeiros sinais de segregação no século XIX, acompanhada de a formação da cidade, expressando-se na distribuição residencial.

O crescimento do número de pessoas que vivem nas cidades, relaciona-se também com o êxodo rural, reforçado pelo processo de mecanização agrícola e a melhoria das condições de vida nas cidades.

O êxodo rural tem como causas principais a industrialização e a geração de empregos nas cidades, além das transformações e os problemas no campo, a exemplo da concentração fundiária, mecanização rural e mudanças nas relações de trabalho na agropecuária.

Com o aumento da população urbana o governo brasileiro iniciou uma política voltada para a urbanização do país, essa política tinha o intuito de expandir a industrialização. No Brasil, a industrialização teve início no governo do presidente Getúlio Vargas, desencadeando a modernização de toda a economia. Com a modernização, foi gerado o desemprego e a miséria nas zonas rurais, fazendo com que as pessoas saíssem do campo para as cidades. Segundo SENE,

O crescimento rápido de algumas cidades, que acaba culminando no fenômeno da metropolização, é resultado da incapacidade de criação de empregos, seja na zona rural, seja em cidades pequenas e médias, o que força o deslocamento de milhões de pessoas para a cidade que polarizam a economia de cada país. (2000 p. 315).

Nos países desenvolvidos a urbanização gira em torno da expansão da rede de serviços e da qualidade de vida. Já na América Latina, a carência de empregos e o êxodo rural trouxeram serias conseqüências como o crescimento da economia informal e a expansão das favelas.

No mundo, a Inglaterra foi o primeiro país a se urbanizar. No entanto a urbanização acelerada da maior parte dos países desenvolvidos industrializados só ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, esses países demoraram mais tempo para se tornar urbanizados que a maioria dos atuais países subdesenvolvidos industrializados.

O aumento considerável da população urbana se deve, também, as taxas de natalidade e aos baixos índices de mortalidade, devido à melhoria das condições de vida, resultante da implantação de infra-estrutura e de serviços urbanos no Brasil, na década de 60, a urbanização atinge um novo patamar, com a difusão generalizada da modernização, tanto no campo quanto na cidade, com a construção de rodovias e a criação de um moderno sistema de telecomunicação havendo, também a valorização do mercado em escala mundial, dando início do fenômeno da metropolização. Nota-se que ...

É a partir dos anos sessenta que o fenômeno se acentua bastante, atingindo, de forma diferenciada, todas as regiões e se caracterizando pela formação da metropolização, resultando daí no fenômeno da metropolização. Com isso, o Brasil deixa de ser um país essencialmente agrícola e passa a ser um país urbano, com a presença de importantes metrópoles. (FRANÇA, 1999, p. 39).

Em meados da década de 70, a urbanização está cada vez mais ativa, pois as cidades se tornaram grandes aglomerados urbanos caóticos, com diversos problemas que comprometem a qualidade de vida da população.

A cidade apresenta ocupações diferenciadas, resultantes da ação de produtores imobiliários do espaço e de grupos sociais que, a partir da condição de vida, modelam este espaço dinâmico de acordo com os seus interesses.

Nas metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, a distribuição espacial é acompanhada pela condição sócio-espacial dos seus habitantes. Sposito (1998, p 58) declara que...

[...] o desenvolvimento capitalista e os inúmeros 'problemas' urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros pobres, os bairros ricos... Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos.

O espaço urbano é fruto das relações sociais acumuladas ao longo do tempo, sendo resultado da ação dos agentes que produzem e o consomem que se apresenta fragmentado articulado, e reflexo de uma sociedade historicamente diferenciada (CORREA, 1999).

## **2.1 SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: UMA DINÂMICA CONSTANTE NA CIDADE CAPITALISTA**

A organização do espaço do território brasileiro se deu em função do sistema colonial, “[...] que tem suas raízes no processo de expansão mercantil-colonial promovido pelos Estados Europeus, em especial Portugal no século XVI” (SANTANA, 1998, p. 2).

A urbanização no Brasil atingiu sua maturidade, quando houve a melhoria nos portos, a implantação das estradas de ferro e a criação de meios de comunicação. Tudo isso se deu devido à produção do café. Mas esse processo não demorou muito, pois ocorreu a crise do café, foi a partir daí que começou a substituição de importações, fazendo com que o setor industrial começasse a se fortalecer.

O tema da segregação sócio-espacial está relacionado com questões referentes ao fenômeno de urbanização, e acentuação dos problemas urbanos, e as desigualdades sociais, surgindo, então, os espaços segregados e fechados. A segregação vem ganhando novas formas habitacionais em função dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano.

O Crescimento das cidades brasileiras ocorreu com a migração do campo, em função do desemprego causado pela modernização da agricultura e da ampliação das ofertas de emprego na região urbana. A velocidade desses acontecimentos contribuiu para o surgimento dos conflitos urbanos, como a desigualdade social e a questão da segregação sócio-espacial acelerando o:

O aprofundamento do processo de urbanização é consequência direta do processo de internacionalização do capital e mundialização das trocas, estágio atual do capitalismo

monopolista. Por sua vez, o processo de urbanização é hoje um fenômeno fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. E não somente no que se refere à multiplicação da potência mecânica do trabalho, mas ao aumento da produtividade, do desenvolvimento do trabalho socializado e das forças produtivas necessárias à acumulação capitalista. (CARLOS, 2001, p. 50).

Segundo Moreira (2004) no Brasil, o processo de urbanização foi muito rápido. Em 1950 cerca de 64% da população ainda vivia no campo. Apenas vinte anos depois, a população urbana já era a maioria no total do país, alcançando a cifra de 56%.

Com a expansão da atividade industrial, a população urbana passa a frente da população rural, fazendo com que houvesse transformações no cenário das cidades. Carlos (2001, p. 45) declara que ...

A cidade é incompatível com a economia de subsistência, a ausência de especialização e diferenciação. Surge do aprofundamento da divisão do trabalho entre homens e entre os lugares. A separação cidade-campo, e o desenvolvimento da primeira com o crescimento das trocas e da divisão do trabalho produzem uma organização dinâmica, um espaço de relações de alto poder concentracional, com uma organização peculiar a cada momento histórico.

Com essas transformações, as cidades passaram a ganhar uma nova forma, com a infra-estrutura, a modernização dos meios de transporte e dos meios de comunicação.

Segundo Santos (1993, p.38) é um período em que “[...] há um desenvolvimento [...] da configuração territorial [...]”, em função do desenvolvimento dos meios de transporte, telecomunicações e da produção de energia que interligam todas as regiões do país. Conseqüentemente, houve expansão da produção industrial e agrícola e dos setores relacionados à saúde, educação, lazer e informação.

Segundo Moreira (2004) como em outros países, a urbanização brasileira ocorreu como resultado da modernização da economia: instalação de indústrias, expansão do trabalho assalariado e ampliação do mercado consumidor.



## **2.2 A URBANIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL**

Segregação sócio-espacial também atinge Aracaju, acompanhada desde a formação da cidade, se expressando na distribuição residencial e na aglomeração de um determinado grupo econômico em locais privilegiados.

Os primeiros sinais de segregação já apareciam ainda no século XIX, com a ocupação do “Quadrado de Pirro” após a fundação da cidade. A Resolução Provincial 418, que transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju, também definia condições para as construções, estabelecendo que no “Quadrado” só poderiam ser construídas casas com coberturas de telha. Isto contribuiu para que se formasse um labirinto tortuoso de ruas que ocuparam o cordão de dunas situado a oeste, onde passou a viver uma população pobre, remanescente de antigos escravos libertos, vindos do interior. (Arquivo Público de Aracaju)

Já a elite, auto-segregava morando junto ao núcleo de alto poder e habitando generosos casarões ao longo da Avenida Ivo do Prado, uma vez que era ali que estava implantada a área de poder e prestígio.

Posteriormente, a partir da implantação das fábricas do bairro Industrial, a cidade continuou a se desenvolver o Quadrado de Pirro de maneira desordenada, em função da ausência de infra-estrutura, embora fosse constante a busca pela melhoria de qualidade de vida da população que se aglomerava próximo a esses locais.

De acordo com dados do Arquivo Público de Aracaju, a ocupação espontânea da cidade aprofundou ainda mais o processo de segregação. Os bairros foram diferenciados de acordo com suas funções e com a classe econômica dos moradores. Nessa época, os arredores do centro da cidade eram habitados por uma população mais abastada, enquanto os operários se instalavam no bairro Industrial e os pobres se aglomeravam nas áreas mais periféricas em direção do noroeste.

A segregação social na década de 30 na cidade de Aracaju é configurada através do mecanismo em que “o preço da terra bem como acesso às facilidades urbanas (água, vias calçadas ou empiçarradas, praças, energia. Etc.), favorecem principalmente aqueles que possuem melhores condições financeiras” (LOUREIRO, 1983, p. 61).

Nesse intervalo da década de 30 até meados da década de 60, a cidade de Aracaju se desenvolveu na direção sul, ocupada por residências da elite que se afastaram do centro, dando lugar à classe média e ao comércio. Os bairros Treze de Julho, Grageru e São José receberam investimentos do poder público com a instalação da infra-estrutura e a abertura do sistema viário, favorecendo a proliferação das residências.

A década de 60 é o momento que o país passa por uma séria crise econômica, que restringiu o incentivo à expansão urbana, limitando-se à construção de avenidas e dos empreendimentos do poder público. Isso acelerou o surgimento de favela em algumas zonas periféricas da cidade de Aracaju, conduzidas pela população imigrante (CARVALHO, 1982).

Em 1966, foi promulgado o “Código de Obras e Urbanismo”, que auxiliava na organização espacial da cidade e regulamentava também as diversas ocupações e usos do solo.

Nesse período, fruto de um constante crescimento populacional e urbano, vários empreendedores imobiliários já estocavam terras para futuros empreendimentos, esperando sua valorização para venda e obtenção de lucro. Dois anos depois, o fenômeno da especulação imobiliária ganha novos rumos: “é o boom do mercado imobiliário de Aracaju” reflexo do milagre brasileiro (LOREIRO, 1983, p. 99).

O crescimento das grandes cidades ocorreu não apenas pela ampliação do solo urbano, mas também pela expansão da mancha urbana. Junto com o crescimento das grandes cidades, ocorreu o crescimento da população, que foi de uma forma acelerada, sendo que a

oferta de emprego, habitações, infra-estrutura-urbana e serviços sociais, não acompanharam este crescimento. Assim,

À pobreza e a segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados com elas duas. Um deles é o da degradação ambiental, em relação à qual, alias, se percebe, em cidades como as brasileiras, uma interação entre problemas sociais e impactos ambientais de tal maneira que vários problemas ambientais, que irão causar tragédias sociais (como desmoronamentos e deslizamentos em encostas, enchentes e poluição atmosférica), tem origem em problemas sociais ou são, pelo menos, agravados por eles. (SOUZA, 2005, p.84)

Segundo Moreira (2004, p. 128) as taxas elevadas de crescimento populacional e a valorização do solo urbano não foram acompanhadas por uma elevação do nível de renda nem pelo aumento dos sistemas de financiamento imobiliário.

Segundo Lopes (1998) a sociedade moderna exige um planejamento baseando na construção de uma “cidade intencional” em que o futuro é pensado, construído de forma organizada e democrática.

Realizar o planejamento de uma cidade implica em elaborar um plano com metas e objetivos que envolvam os seus cidadãos num processo de reestruturação para o benefício de todos os seus habitantes, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento respeitando sua originalidade e individualidade.

### **2.3 OS AGENTES PROMOTORES DO ESPAÇO URBANO**

De acordo com Corrêa (1999), a produção do espaço é resultante da atuação de cinco agentes: os proprietários industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os excluídos. Na medida em que a terra urbana ganha mais valor do que o rural, os proprietários fundiários estão interessados somente na expansão da cidade como forma de obtenção e ampliação do lucro. Para isso, a valorização dos seus imóveis é

muito importante, suas ações são atreladas às intervenções do Estado, apropriando-se das vantagens resultantes dos investimentos públicos na implantação da infra-estrutura urbana que confere valor adicional com sua terra, desencadeando assim, a especulação imobiliária.

A função do Estado é, portanto atuar como agente regulador na implantação dos serviços públicos, a fim de atender a comunidade como um todo, especialmente os excluídos, que formam categorias mais carentes. A atuação, contudo, tem sido mais ampla e, por vezes, até contraditória, tendo em vista a forte ligação entre os agentes e o poder público.

A ação do Estado tem priorizado os interesses dos grupos dominantes em detrimento da maioria da população, atuando de forma heterogênea quanto à distribuição e implantação da infra-estrutura urbana necessária. Dessa forma, sua ação valoriza uma área mais que outra, contribuindo para a segregação sócio-espacial. (Villaça 1998). Sposito (1986, p. 99) confirma tal situação quando afirma que o comportamento do Estado diante dessas transformações territoriais comandadas pela classe dominante e pelo seu sistema de mercado imobiliário é...

[...] em primeiro lugar, fazer nas regiões onde se concentram as camadas de mais alta renda, enormes investimentos de infra-estrutura urbana, especialmente no sistema viário, ao mesmo tempo em que abre frentes pioneiras para o capital imobiliário.

Portanto, fica claro que a questão da segregação sócio-espacial se difunde, principalmente, com a ajuda dos agentes modeladores do espaço urbano, que atuam de forma ampla, através da inserção de infra-estrutura e de serviços urbanos. Nas grandes cidades o processo de urbanização fortaleceu as empresas imobiliárias e fez surgir várias áreas de especulação. Com a ascensão do capital privado no país e o enfraquecimento do Estado nos investimentos em políticas públicas, foram desenvolvidas muitas ações, voltadas para o planejamento urbano, o qual passou a ter grandes influências das empresas imobiliárias. Segundo Santos (1985) a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo

desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.

Da ação dos agentes produtores e consumidores do espaço surgem formas de ocupação diversas que resultam em segregação. Quando se fala em segregação sócio-espacial entende-se como distanciamento, isolamento, descontinuidade da malha urbana, tendo se mostrado constante na urbanização, ganhando formas diferenciadas a partir de um determinado espaço, tempo e sociedade.

Essa concentração social se configura pelo espaço ocupado por grupos sociais distintos, sendo que cada um instala-se em uma determinada área sujeita a mudanças culturais próprias.

Dessa intervenção, resulta uma nova área com peculiaridades provenientes da sociedade que ali habita. Com isso, a cidade passa a apresentar uma estrutura espacial com uma diferenciação de áreas no seu interior, fundamentado em três principais aspectos de cada segmento social: o status, a urbanização e a etnia. Assim, “é como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeça, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”. (ROLNIK, 1995, p. 40).

A cidade parece estar então, demarcada por fronteiras invisíveis, importantes na organização do espaço urbano atual, como a separação social dos bairros residenciais e do local de trabalho, discriminando a relação de renda com a implantação de infra-estrutura. Tal como aqui entendido: segregação é um processo segundo o quais diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros e metrópoles. (VILLAÇA, 1998).

Entretanto constata-se que nas áreas dotadas de infra-estrutura a valorização da terra é maior, o que implica na sua ocupação por uma camada da população de renda mais elevada.

Essa nova forma de viver se caracteriza pelo isolamento e distanciamento dos conflitos e problemas urbanos sempre presentes nas cidades capitalistas desiguais e contraditórias. Lago (2000, p. 208) esclarece que...

[...] O que há de novo nas grandes cidades não é apenas o aprofundamento da desigualdade espacial que se dá através do mercado imobiliário, mas principalmente a diferentes formas de institucionalização dessa desigualdade, indicadores do processo de segregação.

Na realidade a segregação é um fenômeno que acentua a tendência a uma organização seletiva do espaço por status de renda, em áreas de forte homogeneidade social interna e de grande diferenciação entre elas. Esse processo é uma cristalização das disparidades entre classes sociais, freqüente na mídia e grande centros urbanos, onde as disparidades são cada vez maiores. Portanto; “da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, imergi a segregação residencial da cidade capitalista”. (CORREA, 1999, p. 62).

O poder da classe dominante é notório, pois escolhe seletivamente, as melhores áreas da cidade. A incorporação imobiliária, na medida em que controla o mercado de terras, exclui o restante da população. Por outro lado atua, indiretamente, junto com o Estado, na implantação de infra-estrutura necessária, num processo que se expressa de forma a auto-segregação.

Portanto, pode-se afirmar que a segregação “[...] é um processo dialético em que a segregação de uns provocam ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”. (VILLAÇA, 1998, p. 148).

Assim a população pobre é obrigada a viver nas áreas periféricas ou em centros degradados, dificultando a acessibilidade, a presença da infra-estrutura, serviços urbanos etc.

### **3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: O CASO DO MOSQUEIRO EM ARACAJU**

O presente capítulo tem como objetivo caracterizar a área de estudo, assim como, produzir uma análise sobre os pontos principais de impactos sofridos, e também relatar a análise da sua infra-estrutura e serviços urbanos, identificando o perfil de cada morador e do bairro, analisar os impactos ambientais que estas mudanças do bairro tem causado, conhecer as estratégias do poder público, relatando de uma maneira geral, sobre como está ocorrendo este processo de ocupação e quais seus principais problemas.

#### **3.1. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO BAIRRO MOSQUEIRO**

Localizado na Região Sul da cidade de Aracaju, a área do Bairro Mosqueiro a ser estudada tem seus limites definidos pela Av. Dr. José Domingos Maia, Rodovia dos Náufragos e Rodovia José Sarney, banhado pelo Rio Vaza Barris e Oceano Atlântico, possuindo uma vegetação de restinga e solo arenoso. Segundo dados coletados em Pesquisa de Campo, o Bairro Mosqueiro era ocupado por grandes proprietários rurais, voltadas para o cultivo de coco-da-baia (*ver figura 1*), sendo que grande parte da população era formada por pescadores ou pessoas que viviam do cultivo e descascagem do côco. Ainda podem ser observadas grandes propriedades de terrenos no Mosqueiro. Com a abertura da Rodovia dos

Náufragos em 1980 e por outras melhorias feitas na área, as relações com o centro da cidade se intensificaram e os terrenos começaram a se valorizar.

Com isso se intensificou a ocupação da área aliada à segregação de classes e a expansão da cidade na direção sul, chegando ao povoado Mosqueiro sendo que o fato da proximidade da praia tem elitizado a região do mosqueiro, que vem causando uma concentração de residências mais sofisticadas na região.

O parcelamento do solo no povoado Mosqueiro se intensificou após a década de 80, com grande parte dos loteamentos destinados a uma população de alto poder aquisitivo, destinado principalmente à construção de casa de veraneio.

Os moradores da localidade compostos por pescadores e pequenos agricultores, à medida que tomaram conhecimento sobre a valorização imobiliária da área, acabaram vendendo seus terrenos.

Na década de 90 o governo do Estado de Sergipe construiu a Rodovia Jose Sarney, localizada ao Sul do município de Aracaju. A rodovia estende-se por aproximadamente 15 km e liga as praias do Robalo, Náufragos, Refúgio e Mosqueiro. O seu acesso era feito pela rua perimetral sul ou pela Avenida Doutor José Domingos Maia, todas a partir da Rodovia dos Náufragos paralela a Sarney.

Em 1998 o Governo do Estado de Sergipe, construiu a extensão da Avenida Santos Dumont ligando a praia de Atalaia a Rodovia José Sarney passando pela praia de Aruana. Tornando mais fácil o fluxo de veículos em direção as praias do litoral sul, crescendo o número de estabelecimentos, loteamentos e condomínios fechados.

A partir desse momento o bairro entrou em crescente expansão e cada vez é maior o número de condomínios e loteamentos que surgem na região de costa, sendo que a área



próxima a Rodovia Ayrton Senna permanece ainda com aspectos rurais sem grandes alterações na sua paisagem.

### **3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO**

Caracterização do processo de ocupação do bairro mosqueiro tem seu processo dividido em duas etapas. Uma antes da construção da Rodovia José Sarney e outra após. Pois até a construção da rodovia a estrutura do bairro era totalmente diferente na área era composta por pescadores e alguns grandes proprietários rurais.

Após a construção da rodovia o acesso à área foi facilitado e desta forma, passou a ser uma área de grandes especulações imobiliárias e de grande crescimento, passando a ser ocupada por uma população de alto nível social. Os pescadores em sua maioria venderam suas casas e passaram a se instalar na parte interior do bairro próximo a Rodovia Ayrton Senna, a área da costa foi tomada por condomínios de luxo.

A área próxima à Rodovia Ayrton Senna ainda permanece com uma estrutura e aspectos rurais, mas esta também deverá ser tomada pelos grandes e luxuosos condomínios fechados.

A cidade cresce em direção do bairro mosqueiro, e para lá migram famílias que buscam conforto e tranquilidade. O bairro atrai cada vez mais os aracajuanos que têm desejo de residir numa comunidade, onde o traçado urbano permite conviver bem com a natureza, distante das pressões do centro comercial e de outras áreas bastante ocupadas.

Segundo dados coletados em Pesquisa de Campo pode-se concluir, que os proprietários das residências na área de costa, são possuidores de um alto poder aquisitivo, o que torna as casas e os condomínios luxuosos, já na área localizada nas proximidades da

Rodovia Airton Senna encontram-se pequenas residências e algumas grandes propriedades, o que faz com que essa área permaneça com aspectos rurais.

### **3.2.3 ELEMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Estabelecidos como áreas de expansão urbana de Aracaju, o Mosqueiro e as demais localidades situadas no extremo sul da capital enfrentam o descaso da prefeitura, que parece enxergar a cidade apenas como um aglomerado urbano cujos limites não passam do Aeroporto Santa Maria. Com base na pesquisa de campo, a população que reside na comunidade do Mosqueiro não conhece as ações do poder público e ainda suportam com extrema paciência a falta de segurança. Vivem num estado de abandono que não tem justificativa.

Todo o Mosqueiro padece de um policiamento mais ostensivo, que garanta a tranquilidade das famílias que ali residem. O bairro vive sob o domínio do medo e ninguém se sente seguro em casa. Nem mesmo os moradores dos condomínios fechados estão livres dos marginais, cada vez mais ousados.

Os moradores do Mosqueiro afirmam que poucos projetos anunciados pela prefeitura de Aracaju foram cumpridos. A ampliação do posto médico nunca saiu do papel, reclamam os habitantes do lugar, e as praças continuam cheias de mato (*ver figura 2*). O posto de saúde que fecha aos sábados e domingos não tem ambulância, protestam seus moradores. Os problemas se acumulam na comunidade e não há soluções para demandas antigas, como a falta de um cemitério público.

O bairro, que foi escolhido para ser o futuro da capital, para onde convergirá todo o crescimento urbano, espera há décadas por benefícios que nunca chegam. O que sempre chega, observam os moradores da área, é o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU), que este ano deverá render mais de R\$ 5 milhões aos cofres do município só naquela região. A prefeitura está devendo obras de infra-estrutura e outros benefícios à comunidade do Mosqueiro. A dívida é antiga e tende a se avolumar a cada ano, na mesma proporção que os problemas.

Os investimentos privados em estabelecimentos comerciais também ainda são pequenos (*ver figura 3*), sendo que não há hospitais, clínicas, supermercados na região. Há área da educação do bairro conta com uma escola estadual e duas municipais não havendo nenhuma instituição particular de ensino. Estas escolas da rede pública além de possuírem estruturas precárias oferecem apenas o ensino fundamental.

Referente à infra-estrutura das ruas do Bairro Mosqueiro, dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Aracaju afirmam que 30% das ruas do bairro são pavimentadas (*ver figura 4*) sendo que 70% das ruas são denominadas como “caminhos”, pois as mesmas não são pavimentadas e não possuem nenhum tipo de estrutura com energia, água e rede de esgoto (*ver figura 5*).

Referente às questões religiosas encontra-se localizada no bairro um Templo Evangélico em construção e uma pequena Paróquia da Igreja Católica.

### **3.2.4 MORADORES DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS**

Durante o período de pesquisa, pode-se observar o constante crescimento dos condomínios fechados no bairro (*ver figura 6*). Esses possuem dois tipos de moradores, aqueles que residem no local e os veraneios. A grande maioria dos condomínios permanece vazio nos dias de semana, tendo um maior fluxo de pessoas nos finais de semana.

Segundo dados coletados em Pesquisa de Campo pode-se concluir que os proprietários das residências nestes condomínios são em sua maioria médicos, advogados,

funcionários públicos e empresários. Os mesmos afirmam buscar tranquilidade, conforto e lazer para a família.

### **3.2.5 OS IMPACTOS AMBIENTAIS OCORRENTES COM A IMPLANTAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS**

Durante o período inicial de ocupação do território do bairro Mosqueiro, ocorreu à ocupação da faixa litorânea e, posteriormente, as demais regiões próximas às margens dos rios. A ocupação do litoral ocorreu através do estabelecimento de pequenos núcleos de povoamento que iniciaram um processo de transformação de áreas naturais, principalmente, a restinga, em áreas urbanizadas.

Recentemente, a urbanização ocorreu para fins de lazer, com o estabelecimento de moradias temporárias, condomínios de elevado padrão ou prédios, em geral ocupando também áreas de restinga. As mais importantes conseqüências dessa ocupação referem-se à eliminação da vegetação natural, ao estímulo dos processos erosivos, às mudanças nas características de drenagem por cortes e aterros, à geração de lixo, à geração de esgoto doméstico (em geral sem o tratamento adequado e problemas de drenagens pelo afloramento do lençol freático nas áreas planas do litoral), além do aumento na procura por recursos naturais.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se concluir com a pesquisa de campo que a área do Bairro Mosqueiro vem sendo ocupada gradativamente, sendo invadida pela implantação dos Condomínios Horizontais Fechados, os quais em sua maioria são de luxo. Já as outras localidades do bairro ainda possuem um aspecto rural, na maioria das áreas são de sítios.

A área mais ocupada e que está em crescente expansão é a localizada nas proximidades da praia, fazendo com que a mesma sofra pressão provocada principalmente pela especulação imobiliária. Apesar de toda essa crescente expansão o bairro ainda possui estruturas precárias, sendo que os elementos de infra-estrutura como pavimentação das ruas, coleta de lixo, educação, saúde e segurança ainda não atendem plenamente as necessidades dos seus moradores/freqüentadores.

O Poder Público afirma que a área do Bairro Mosqueiro por estar localizado na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju, ainda é uma região a qual não existem projetos estruturados para se realizarem melhoras no bairro e investimentos em infra-estrutura, pois o mesmo não precisa de tais investimentos por possuir um número pequeno de moradores.

Com toda essa desorganização em que tem se dado a ocupação do Bairro Mosqueiro, todos os envolvidos neste processo, estão sofrendo danos: os moradores antigos, os novos moradores, os pequenos comerciantes locais e o meio ambiente.

A segregação do bairro mosqueiro pode ser caracterizada como reflexo das estratégias capitalistas de ocupação e valorização do uso do solo por parte daqueles de maior poder aquisitivo em consequência ao deslocamento de comunidades antigas para outras áreas menos privilegiadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPOSITO, Mario Encamaça Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Rio de Janeiro: ed Contexto, 2004.

COULANGES, Fustell. **A Cidade Antiga**. São Paulo. Ed. Publicações, 202.

CORREIA, Roberto. **O Espaço Urbano**. São Paulo: ed Ática, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **A Cidade**. Rio de Janeiro. Ed. Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: ed. Contexto, 2004.

SAMPAIAO, Maria Ruth Amaral. **Habitação e Cidades.** São Paulo. Ed. Fausp. 1998.

SUZANA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil LTDA. 2003.

Arquivo Publico de Sergipe.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## ANEXOS

*Figura 1*



Fonte – Michael Pedral



*Figura 2*



Fonte – Michael Pedral

*Figura 3*



Fonte – Michael Pedral

*Figura 4*



Fonte – Michael Pedral

*Figura 5*



Fonte – Michael Pedral



*Figura 6*



Fonte – Michael Pedral